

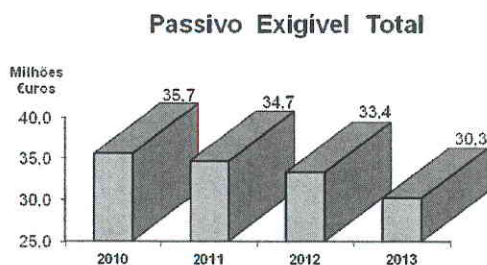
AC. EM CÂMARA

(02) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMVC E DOS SMSBVC:-

Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- "PROPOSTA – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2013 - O presente Relatório de Atividades e Conta de Gerência refere-se ao último ano do ciclo autárquico 2009/2013, culminando um conjunto de objetivos e projetos definidos pelo Executivo Municipal. No Plano de Atividades e Orçamento de 2010 foram referenciadas as dificuldades financeiras do país e a situação de constrangimento da atividade económica, que se iriam refletir nas receitas municipais. Este enquadramento financeiro desfavorável veio a traduzir-se, ano após ano, nas reduções das transferências do Estado para o Município de Viana do Castelo, bem como a redução dos impostos próprios resultantes do abrandamento da atividade económica ligada ao setor comercial e imobiliário.



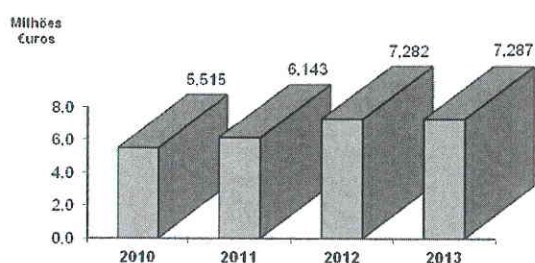
No período de 2010 a 2013, o Município viu reduzido em cerca de 3,4 milhões de euros as transferências diretas do Estado, cortes que vieram causar grandes dificuldades na gestão financeira do Município. Apesar desta conjuntura desfavorável, o Município de Viana do Castelo, através de medidas implementadas de poupança corrente e de uma política de eficiência energética desenvolvida no concelho, tem vindo a reduzir o seu endividamento total, através de uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos, com resultados satisfatórios como se verifica no gráfico.



O Passivo Exigível Total (dívida curto, médio e longo prazo) do Município foi reduzido em 5,4 milhões de euros, representando um enorme esforço de poupança corrente sem pôr em causa o investimento necessário nas infraestruturas e equipamentos municipais, aproveitando o melhor possível os fundos comunitários. O Executivo Municipal procurou ultrapassar estes constrangimentos com a receita

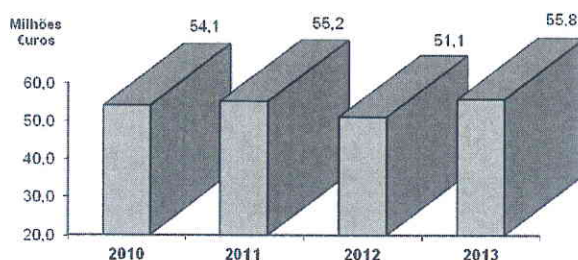
proveniente de fundos comunitários, que nos últimos anos atingiram valores máximos de sempre, reflexo do sucesso que o Executivo tem revelado na aprovação de candidaturas, apresentadas aos vários programas comunitários, atingindo em 2013 o valor de 7,3 milhões de euros, em linha com o já conseguido no ano anterior.

Fundos Comunitários



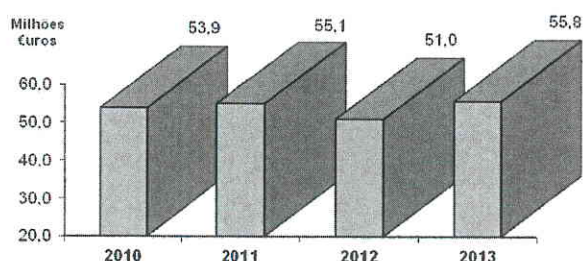
Já na **Receita Total de 2013**, registou-se um aumento de 4,8 milhões de euros, comparativamente ao ano de 2012, sendo a melhor do mandato.

Evolução da Receita Total



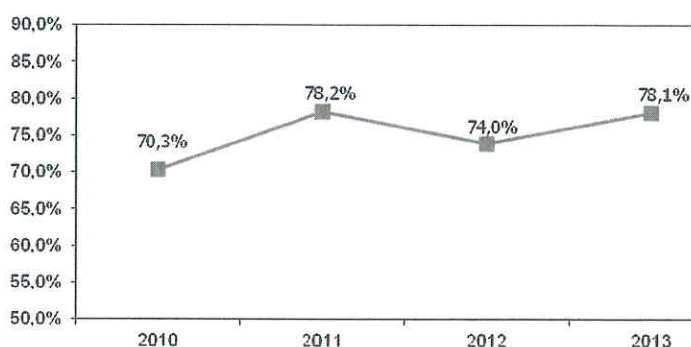
A **Despesa Total do Município** atingiu no ano de 2013 o montante de 55,8 milhões de euros.

Evolução da Despesa Total



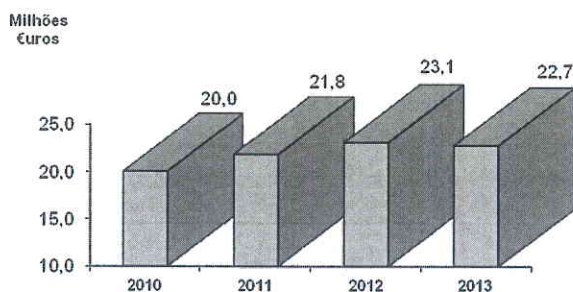
A **Taxa de Execução Orçamental**, em 2013 atingiu o valor de 78,1 %, mas com o maior valor executado do orçamento do mandato, com 55,8 milhões de euros.

Evolução Taxa Execução Orçamental



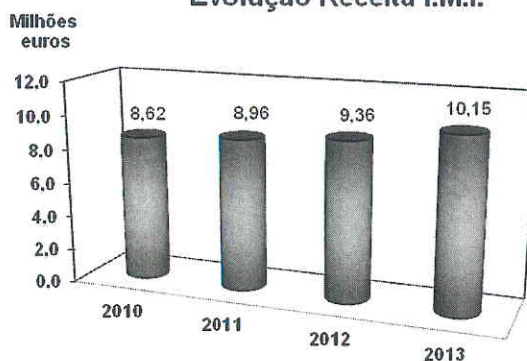
A **Receita Própria do Município** registou uma ligeira redução, comparativamente ao ano de 2012, atingindo o valor de 22,7 milhões de euros.

Receita Própria



No ano de 2013 manteve-se a tendência de recuperação da receita referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), contudo, importa referir que, só no corrente ano, o valor arrecadado superou o valor do ano de 2008.

Evolução Receita I.M.I.



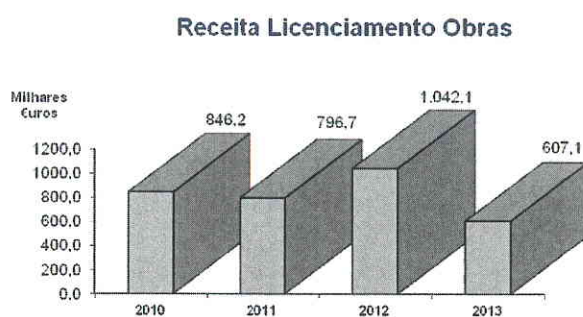
A receita da Derrama registou uma apreciação de 23%, relativamente ao ano anterior, resultado de uma **política implementada pelo município com a atribuição de incentivos** e realização de investimentos, visando a beneficiação e ampliação dos parques empresariais existentes, que **muito tem contribuído para a captação de novas e importantes unidades industriais e para a criação de novos postos de trabalho no concelho.**



A receita do IMT, ao longo destes últimos anos, continuou numa trajetória de descida, refletindo a forte correlação que este imposto tem com a difícil conjuntura económica e financeira que o País enfrenta.



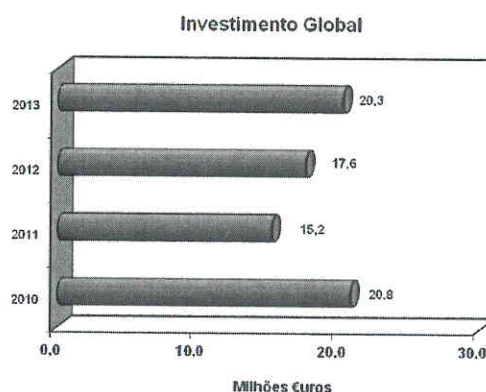
As receitas oriundas do licenciamento de obras registaram uma diminuição significativa, relativamente ao ano anterior, justificada pela deterioração da evolução do setor imobiliário e pela política de incentivos do município, na isenção de taxas na Reabilitação Urbana e Instalação/Requalificação de Empresas dirigida à captação de novos investimentos e à criação de novos empregos.



A **Poupança Corrente**, este importante indicador, registou um aumento de **1,6 milhões de euros** em 2013, resultado das medidas de rigor na gestão municipal e contenção orçamental, implementadas pelo Executivo Municipal.



O **Investimento Global** do Município, em 2013 superou o montante de 20 milhões de euros, registando um aumento significativo de 2,7 milhões de euros, comparativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se fundamentalmente ao elevado montante de comparticipação FEDER e Poupança Corrente ao longo do exercício.



O Município, no ano de 2013, teve de **efetuar reajustamentos necessários à atividade municipal e de reforçar as componentes sociais**, para apoiar e prevenir situações de emergência de fragilidade económica e social de famílias e de instituições, que o agudizar da crise económica e social exigiram. Apesar dos sucessivos cortes nas transferências do Estado nas receitas do Município, entendemos que devíamos reforçar e motivar a atividade empresarial no concelho, pelo que durante o exercício de **2013 foi implementado um Programa de Incentivos e Apoio às Famílias e Atividades Económicas**: ⇨ No apoio às famílias na **Redução da Taxa do IMI** no ano de 2013 de 0.4 para 0.38, tendo o governo fixado para o mesmo ano a taxa máxima em 0.5; ⇨ Na **Regeneração Urbana** a **redução de 50 % das taxas de urbanização** e a **isenção de IMT** para equipamentos classificados e geradores de emprego no Centro Histórico; ⇨ **Isenções parciais ou totais das taxas de urbanização** no **Acolhimento Empresarial** (instalação de novas empresas ou unidades industriais), apoiando o investimento e emprego; ⇨ **Isenção total de taxas de licenciamento** e operações urbanísticas nos **Empreendimentos Turísticos** quer seja em obras de reabilitação ou construção, dinamizando o Turismo; ⇨ **Isenções de taxas de publicidade** e esplanadas na **Atividade Comercial apoiando o Comércio Tradicional**; ⇨ **Apoio no financiamento** de projetos de empreendedorismo através de programas como o **MVC FINICIA** e **Microcrédito**, incentivando a criação de novas empresas e empregos; Podemos afirmar que o Executivo Municipal manteve-se fiel às grandes **Opções do Plano de Atividades** apresentadas para o ano de 2013 tendo centrado a sua ação e trabalho nos seguintes domínios:- ⇨ **Responder aos desafios em matéria de coesão social com o reforço do trabalho na Rede Social**, no âmbito do desenvolvimento social e no apoio às instituições e famílias; ⇨ **Estimular a fixação de novas empresas**, promover o empreendedorismo através de instrumentos e programas para jovens, e reforçar os incentivos à atividade económica; ⇨ **Reforçar a centralidade e atratividade de Viana do Castelo e Revitalizar o Centro Histórico**, através de políticas integradas de regeneração urbana e mobilidade; ⇨ **Valorizar o contributo das artes e da cultura na afirmação da identidade e da coesão territorial de Viana do Castelo**; ⇨ **Estruturar e desenvolver o cluster das energias renováveis, da economia do mar, da metalomecânica, das madeiras e dos produtos de base regional**; ⇨ **Promover a**

salvaguarda e valorização das áreas ambientais, costeiras e das frentes ribeirinhas; ⇨ Continuar a aposta na competitividade do território e na afirmação de Viana do Castelo nos planos regional e da Euro - região Galiza/Norte de Portugal; Gostaria, por último, em nome do Executivo Municipal de agradecer a colaboração, profissionalismo e empenho demonstrado ao longo do ano de 2013 por todos os dirigentes e funcionários da Câmara e Serviços Municipalizados na causa do serviço público, apesar das dificuldades e constrangimentos nacionais que todos foram sujeitos. (a) José Maria Costa.”.

Concluída a apresentação, registaram-se as intervenções dos Vereadores Eduardo Teixeira, Helena Marques e Ilda Figueiredo. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo-se registado o seguinte resultado:- cinco votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor Lemos, Ana Margarida Silva Luís Nobre e Maria José Guerreiro, três votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira, Marques Franco e Helena Marques e a abstenção da Vereadora Ilda Figueiredo pelo que foram os mesmos aprovados por maioria. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presentes a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - CAMARA COM DÉFICE ORÇAMENTAL DE 34% EM 2013 E COM CRESCIMENTO GALOPANTE DAS SUAS DÍVIDAS, APESAR DE TER SIDO “SOCORRIDA” PELO ESTADO COM O PAEL PARA PAGAR DÍVIDAS ANTIGAS - Os Vereadores do PSD votam contra o Relatório de Atividades e documentos de prestação de contas da CMVC de 2013 pelos seguintes motivos, tendo prestado a seguinte declaração de voto:-** Logo, na introdução do Relatório de Gestão refere: “reduções das transferências do Estado para o Município de Viana do Castelo, bem como a redução dos impostos próprios”. Primeira Inverdade logo no preambulo, do relatório dado que de 2012 para 2013 as Transferências do Estado crescera de 20M€ para 20,4 M€. Segunda Inverdade, o montante arrecadado de Impostos Próprios reduziu, também não é verídico, dado que nos principais Impostos se verificaram no global aumentos, como o IMI (+ 800.000€), Derrama (+600.000€) e IMT (-300.000€), sendo até os Impostos diretos executados em 108% (+1,8M€ face a 2012) “penalizando” ainda mais os vianenses. Assim há verbas e montantes de compromissos assumidos, que não estão em algum lado refletidos em Balanço e Contas de 2013 do município, o que revela uma clara tentativa de mostrar números e rácios destorcidos que não refletem a realidade No

ano de 2013, o Município teve receitas globais de 55,8M€ (+4,7M€ que em 2012). Mas a despesa total assumida atingiu um valor histórico (mas inacreditável) de 75 M€ (68M€ para o Exercício e 7 M€ para o exercício de 2014), o que perfaz um défice estrutural e orçamental de 34% (ou de 22% sem o valor a pagar em 2014). O Passivo Total do Município atinge assim um valor total a rondar os 100 M€, sendo o passivo exigível de cerca de 50 M€. Para Despesas Globais de 75M€ (acima do orçamentado, 105%) o Município apenas procedeu a um Investimento de 20,8 M€ (28%) com 7,3 M€ com fundos comunitários a impulsionar, gastando os restantes 72 % em Máquina de Funcionamento, Aquisição constante e galopante de serviços, e em “outros” que não especifica e se desconhece. Face a situação drástica e incontroável do ponto de vista financeiro, o Município foi “resgatado” pelo Estado através do PAEL já em 2013, em 2,9 M€ para pagar dívidas a Fornecedores, mas continua a incumprir a Lei dos Compromissos, pois continua a não pagar nos prazos acordados. O Passivo contempla apenas dívidas de 34.800 € a Freguesias, sendo que as mesmas são de valor muito superior o que não é correto e não é possível não constarem no balanço da câmara. Também há, face aos compromissos assumidos, um montante subavaliado nas Dívidas a Fornecedores, dado os compromissos não pagos e para exercício anterior de 2013 atingir quase 19M€. Os Fundos de Maneio atribuídos a 20 colaboradores atingem valores muito elevados de 155.000€ que nos preocupam apenas na transparência que é necessária e não ocorre, pela via de concursos ou ajustes. Foi um ano com um Investimento apenas impulsionado por fundos comunitários (20,8 M€ com 7,3M€ de Fundos) mas drástico para o futuro de todos os Vianenses com uma derrapagem de 34%, o que é inacreditável e impensável face à disciplina e rigor que as contas deveriam merecer, e o esforço nacional que se verifica, com esforço de todos os Portugueses, na contenção de Despesa Corrente, que segundo o Relatório aumentou face a 2012 em 1,5 M€. Não podemos de forma alguma concordar com a imaginativa e criativa contabilidade demonstrada no texto de gestão do relatório, que oculta dívida assumida e para a qual não existe previsão para a sua liquidação, atingindo só as dívidas as nossas Freguesias o montante superior a 2 milhões de euros, a que se soma um indeterminado valor a fornecedores diretos da Câmara, nesta política assente em ilusão e constante aquisição de serviços de comunicação e de promoção de imagem! **Os Vereadores do PSD votam contra o Relatório de Atividades e documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados e de Saneamento Básico de Viana do Castelo de 2013 pelos seguintes motivos, tendo prestado a seguinte declaração de voto:** Apesar de destacarmos positivamente no relatório a aposta na qualidade e eficiência de todos os serviços (comprovada pelas distinções atribuídas), a preocupação com a vertente preventiva, a baixa rotatividade dos recursos humanos e a forma clara de apresentação do mesmo, não poderíamos deixar de discordar veementemente com **a residual aposta no saneamento, uma vez que este é um flagelo que infelizmente ainda afeta bastantes freguesias.** Analisando a **vertente financeira** destacamos a tendência decrescente do resultado líquido que em 2013 é cerca de metade do valor de 2011, tendo os resultados operacionais acompanhado esta tendência o que se **traduz num problema cíclico que, se não revertido, poderá pôr em causa a sustentabilidade dos serviços a curto/médio prazo.** A acrescer temos a incorporação dos proveitos suplementares nas Vendas/Prestação de Serviços, o que faz com que em vez dos 4.500.029€, as vendas efetivas sejam apenas cerca de 2.607.856€, uma descida bastante

acentuada das principais receitas. Somos igualmente contra, os SMSBVC **terem parados recursos financeiros** (pois a liquidez geral e reduzida estão muito elevadas), **que seriam essenciais para ir ao encontro dos munícipes de todo o concelho**. Ter recursos financeiros parados sem reinvestir, é não dar prioridade aos utentes dos serviços. Outro valor preocupante é que nas dívidas de cobrança duvidosa, vem um valor acumulado de 2.167.962,56€. Os vereadores do PSD não podem de todo concordar com a estratégia definida, pois no nosso entender, enquanto uma vianense não puder ter acesso a água potável ou ao saneamento (o que muitas vezes traz problemas de saúde pública), qualquer plano e orçamento deveria mostrar inequivocamente a prioridade em resolver esta situação.

(a) Eduardo Teixeira; (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU –** O relatório de actividades e prestação de contas da Câmara Municipal de Viana do Castelo relativo a 2013, que hoje votámos na reunião do executivo municipal reflecte três questões fundamentais: o ano eleitoral que intensificou e acelerou a realização de obras e o assumir de compromissos com Juntas de Freguesias e outras instituições, mesmo que uma parte significativa ainda estejam por pagar, num valor superior a 12 milhões de euros; as reduções das transferências do Estado para o Município de Viana do Castelo, que, de 2010 a 2013 totalizam mais de 3,4 milhões de euros, bem como a redução dos impostos próprios resultantes do abrandamento da atividade económica ligada ao setor comercial e imobiliário. Assim, embora o texto do relatório camarário destaque a redução do passivo, durante os quatro anos do último mandato, em 5.4 milhões de euros e o aumento da receita em 4.8 milhões de euros, sendo que a taxa de execução orçamental se fixou nos 78,1 % em 2013, como o maior valor executado de todo o mandato - de 55,8 milhões de euros -, omite toda a parte dos compromissos assumidos e não pagos que consta da respectiva prestação de contas, onde se pode verificar que a totalidade dos compromissos já assumidos, mas não pagos, totaliza 12.168.485 euros, a que ainda acrescem 6.680.914 euros de compromissos para o futuro. De facto, a dívida real do município, tendo em conta os compromissos já assumidos até ao final de 2013, varia entre 42 milhões de euros e 49 milhões de euros, tudo dependendo dos compromissos assumidos para exercícios futuros serem ou não respeitados. Mas pelos mapas entregues, é correcto concluir-se que a dívida real é muito superior aos 30 milhões de euros que o relatório inicial enuncia. Como a CDU só entrou para o executivo municipal após as últimas eleições autárquicas, não foi possível acompanhar toda a gestão de 2013, pelo que se optou pela abstenção no voto final, sendo certo que, ao longo do actual mandato, iremos dar toda a atenção à clarificação destas situações, na defesa de uma gestão mais atenta aos problemas essenciais das populações, designadamente na área da resposta às carências em saneamento básico, melhoria de edifícios escolares, de vias e pavimentos, de apoio a projectos de descentralização cultural e ambiental, incluindo a abertura do parque da cidade à população, de apoio a freguesias e a populações mais esquecidas.

(a) Ilda Figueiredo. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS -** Só uma “Oposição muito Criativa”, ou um “Desconhecimento Atrevido” poderia querer negar que nos últimos quatro anos, as transferências provenientes do orçamento do Estado, ou seja do governo para as Autarquias, registaram uma diminuição significativa como se demonstra no quadro de 3,4 milhões de euros de 2010 a 2013. Confundir receita própria com dois impostos locais, para além de uma inverdade é pouco sério. Para além dos dois impostos referidos, cuja sua evolução é apresentada em gráfico no relatório, há

outras receitas que tiveram comportamento inverso (também representados em gráfico), nomeadamente, IMT e Receita do Licenciamento de Obras, que fizeram com que o total da receita própria tivesse diminuído. De facto a confusão e a criatividade, continua, quando a Oposição do PSD diz:- “ ... Há verbas e montantes de compromissos assumidos, que não estão em algum lado refletidos em Balanço e contas de 2013 do município”. Aqui sim, há uma grande inverdade, registre-se que os Vereadores do PSD fizeram a sua análise sobre valores que retiraram do “Mapa de Controlo Orçamental da Despesa Por Classificação Orgânica” que faz parte dos documentos da Gerência, apresentada para apreciação dos Órgãos Municipais e posteriormente enviados para o Tribunal de Contas. Mas neste ponto, importa esclarecer a diferença entre um passivo e um compromisso futuro. Aconselhamos os Vereadores do PSD a lerem o Manual de Apoio à Aplicação da LCPA–Subsetor da Administração Local (DOCUMENTO EM ANEXO):- “Uma característica de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, com a entrega dos bens com a guia de remessa, ...” O mesmo manual apresenta algumas notas complementares quanto ao que se entende por obrigação presente, à mensuração e ao reconhecimento do passivo, assim:- “a) **Os compromissos** correspondem a obrigações assumidas no ato do envio de nota de encomenda ou ordem de compra, contratos ou documentos equivalentes; b) **Os passivos** correspondem a obrigações da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num ex-fluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos, **incluindo assim todos os compromissos assumidos cujos bens e ou serviços já tenham sido entregues e/ou prestados;** “. Espero que esteja esclarecida a confusão entre passivo e compromisso futuro, importa reafirmar que os compromissos que se transformaram em obrigação presente (**cujos bens e ou serviços já tenham sido entregues e/ou prestados**) estão refletidos na respetiva conta do passivo de curto prazo do balanço. Não podemos esquecer que as Autarquias usam os sistemas de contabilidade orçamental e patrimonial com fins distintos, mas que se complementam na sua análise, quando não se confundem conceitos. Para ilustrar estes conceitos poderemos dar como exemplo de compromissos assumidos:- ⇨ Fornecimentos do gasóleo de aquecimento para o parque escolar (Transita de 2013 para 2014) no valor de 282 306,57€; ⇨ Compromissos de obras que transitam, nomeadamente as Empreitadas em curso da Vila Rosa, do Parque Empresarial de Alvarães, da Reabilitação edifício da Doca, do Quartel da GNR de Barroselas, que têm candidaturas aprovadas com taxas de 85% e 100% de comparticipação e que se encontram em execução até ao final do corrente ano de 2014. (a) José Maria Costa.”.

16 de Abril de 2014

Não se consideram pagamentos em atraso (art.º 4.º, n.º 2, do DL 127/2012):

- a) Os pagamentos objeto de impugnação judicial, até que sobre eles seja proferida decisão final e executória⁷;
- b) As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor⁸;
- c) Os montantes objeto de acordos de pagamento⁹, desde que os pagamentos sejam efetuados nos prazos acordados.

✱ Em síntese, e sem prejuízo do acima exposto de forma mais desenvolvida quanto aos conceitos:

- a) Os **compromissos** correspondem a **obrigações assumidas no ato do envio de nota de encomenda ou ordem de compra, contratos ou documentos equivalentes**;
- b) Os **passivos** correspondem a **obrigações da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos, incluindo assim todos os compromissos assumidos cujos bens e ou serviços já tenham sido entregues e/ou prestados**;
- c) As **contas a pagar** são o **subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (c.g. passivos com fatura ou documento equivalente onde esteja fixada a data do seu pagamento)**;
- d) As **contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes, constituem os pagamentos em atraso**.

⁷ Estas situações são no entanto passivos, reconhecidos através da constituição de provisão (conta 292 do POCAL). Uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível não são contas a pagar.

⁸ Por exemplo, quando não se consegue efetuar o pagamento ao fornecedor por falta de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária ou contributiva regularizada pelo mesmo ou por falta de autorização dada pelo fornecedor para a sua consulta por parte da autarquia local. Estas situações não sendo pagamentos em atraso, são contudo contas a pagar, visto que a dívida se mantém, apesar da impossibilidade do seu pagamento.

⁹ **Acordos de pagamento:** Os valores em dívida que sejam objeto de acordo escrito com os credores deixam de fazer parte dos pagamentos em atraso (existindo uma nova data convencionada), mantendo-se registados como contas a pagar enquanto for cumprido o acordo, acrescendo aos compromissos do mês/periodo/ano em que vão ser liquidados. A parte exigível nos anos subsequentes deve ser refletida nas adequadas contas de exercícios futuros.